

PROJETO FUTURE-SE: QUEM APRENDE NÃO DEPENDE PROJECT FUTURE-SE: THOSE WHO LEARN ARE NOT DEPENDENT

Icaro Magalhães¹
Lindalva Alves Cruz²
Maria Iranilda Silva Magalhães³
Sheylla Nadjane Batista Lacerda⁴
Joseneto de Souza⁵
Gabriel Kaãn Pereira do Nascimento⁶
Mariana Machado Leite Tavares⁷
Caio Visalli Lucena da Cunha⁸

RESUMO: O Ensino Superior no Brasil enfrenta desafios estruturais relacionados ao acesso, à permanência estudantil e à empregabilidade, especialmente entre jovens oriundos de contextos socioeconômicos vulneráveis. Apesar da ampliação de políticas públicas e do crescimento da Educação a Distância, os indicadores nacionais permanecem distantes das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (2014–2024), evidenciando desigualdades persistentes e impactos das transformações demográficas e do mundo do trabalho. Este estudo tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão narrativa da literatura, os principais fatores que influenciam o ingresso e a permanência no Ensino Superior brasileiro, bem como discutir o papel das Instituições de Ensino Superior na promoção de ações inclusivas e de impacto social. A metodologia consistiu na análise de produções científicas, documentos institucionais e dados oficiais provenientes de bases nacionais e internacionais. Os achados apontam que a formação superior está diretamente associada a melhores indicadores de empregabilidade, renda e estabilidade profissional, além de desempenhar papel estratégico frente ao envelhecimento populacional. Conclui-se que o fortalecimento do Ensino Superior exige políticas educacionais integradas, expansão qualificada do acesso e iniciativas institucionais que articulem ensino, pesquisa e extensão, a exemplo do projeto FUTURE-SE, como estratégia de inclusão educacional e desenvolvimento socioeconômico.

1

Palavras-chave: Ensino Superior. Políticas Educacionais. Inclusão Social.

¹ Acadêmico de medicina. Centro Universitário Santa Maria. Cajazeiras, Paraíba, Brasil.

² Doutora. Centro Universitário Santa Maria. Cajazeiras, Paraíba, Brasil.

³ Doutorando. Faculdade Medicina do ABC. ABC Paulista, São Paulo, Brasil.

⁴ Doutora. Faculdade Medicina do ABC. ABC Paulists, São Paulo- Brasil.

⁵ Doutor em Ciência e Engenharia de Materiais Endereço da Instituição Formativa: UFPB. João Pessoa-PB.

⁶ Graduando em Engenharia de Software. Uniasselvi. Cajazeiras, Paraíba, Brasil.

⁷ Pós-graduação em Gestão de TI. Centro Universitário Santa Maria, Cajazeiras, PB, Brasil.

⁸ Especialista em Medicina de Família Comunidade. Centro Universitário Santa Maria – UNIFSM. Cajazeiras, PB. Brasil.

ABSTRACT: Higher education in Brazil faces structural challenges related to access, student retention, and employability, especially among young people from vulnerable socioeconomic backgrounds. Despite the expansion of public policies and the growth of distance education, national indicators remain far from the goals established by the National Education Plan (2014–2024), highlighting persistent inequalities and the impacts of demographic transformations and the world of work. This study aims to analyze, through a narrative literature review, the main factors influencing entry into and retention in Brazilian higher education, as well as to discuss the role of higher education institutions in promoting inclusive and socially impactful actions. The methodology consisted of analyzing scientific publications, institutional documents, and official data from national and international databases. The findings indicate that higher education is directly associated with better employability, income, and professional stability indicators, in addition to playing a strategic role in the face of population aging. It is concluded that strengthening Higher Education requires integrated educational policies, qualified expansion of access, and institutional initiatives that articulate teaching, research, and outreach, such as the FUTURE-SE project, as a strategy for educational inclusion and socioeconomic development.

Keywords: Higher Education. Educational Policies. Social Inclusion.

INTRODUÇÃO

De acordo com a Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024, o Brasil propôs elevar a taxa bruta de matrícula no Ensino Superior para 50% da população entre 18 e 24 anos, e a taxa líquida para 33% (BRASIL, 2014). No entanto, os dados mais recentes indicam que, em 2019, apenas 18,3% dos concluintes do Ensino Médio ingressaram no Ensino Superior, percentual que caiu para 17,8% em 2020 (SEMESP, 2022).

Além disso, observa-se um declínio contínuo nas matrículas em cursos presenciais. Em 2020, a queda foi de 7,3 pontos percentuais em relação a 2019, e a expectativa para 2021 era uma redução adicional de 7% (SEMESP, 2022). Apesar dos esforços do Governo Federal, da inserção de tecnologias na educação e da expansão da Educação a Distância (EaD), que tem sido a principal responsável pelo aumento no número de matrículas, o cenário ainda é preocupante. No total, o número de ingressantes no Ensino Superior apresentou uma redução de 13,9% (SEMESP, 2022).

Com sólida atuação no contexto científico e social, o Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM), sediado no município de Cajazeiras, estado da Paraíba, tem conquistado reconhecimento local, regional e nacional, por meio de sua contribuição à formação de estudantes oriundos de diversas regiões do Brasil. Essa atuação tem favorecido o desenvolvimento socioeducativo e econômico de seus estudantes. Nesse contexto, o UNIFSM propõe o Projeto FUTURE-SE: Quem Aprende Não Depende, uma iniciativa voltada à

integração entre a Educação Básica e o Ensino Superior.

O UNIFSM oferece cursos de graduação nas áreas da saúde, ciências humanas, sociais e exata, nas modalidades presencial e EaD. Também conta com programas de pós-graduação lato sensu (especializações e residências) e stricto sensu em parceria com outras Instituições. A pós-graduação stricto sensu contempla a formação de educação permanente dos docentes ativos. A instituição tem se destacado pelo potencial de desenvolver diversas atividades acadêmicas integradas ao ensino, à assistência, ao serviço, à extensão e à pesquisa. Essas ações são promovidas por diversos setores do seu organograma institucional, com destaque para o Setor de Políticas Externas e Ações Afirmativas, que atua em parceria com instituições governamentais e privadas.

Esse setor, composto por estrutura física, tecnológica e equipe qualificada, é responsável por políticas estudantis que buscam contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, seu trabalho visa subsidiar a implementação de ações que contribuam para o cumprimento da Meta 12 do PNE, além de fomentar pesquisas científicas capazes de identificar os principais desafios da educação superior e sinalizar estratégias eficazes para enfrentá-los.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão narrativa da literatura, de caráter descritivo e analítico, cujo objetivo foi reunir, analisar e discutir produções científicas, documentos institucionais e relatórios oficiais relacionados ao Ensino Superior no Brasil, com ênfase nos desafios de acesso, permanência, empregabilidade, transição demográfica e no papel das Instituições de Ensino Superior em ações de extensão universitária e inclusão educacional.

A revisão narrativa foi escolhida por permitir uma abordagem ampla e contextualizada do tema, possibilitando a integração de diferentes tipos de evidências estudos teóricos, pesquisas empíricas, dados estatísticos e documentos normativos fundamentais para a compreensão do fenômeno educacional em sua complexidade social, econômica e demográfica.

A busca bibliográfica foi realizada entre os meses de agosto de 2024 e janeiro de 2025, nas seguintes bases de dados e fontes eletrônicas: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Scholar, Portal de Periódicos da CAPES, além de sites oficiais de órgãos governamentais e institucionais, como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

(INEP), Ministério da Educação (MEC), SEMESP, IPEA, ABMES e Organização das Nações Unidas (ONU).

Foram utilizados como descritores e palavras-chave, de forma isolada e combinada: Ensino Superior, acesso à educação, permanência estudantil, políticas públicas educacionais, empregabilidade, educação a distância, extensão universitária, transição demográfica, Plano Nacional de Educação e inclusão educacional. Não houve restrição quanto ao delineamento metodológico dos estudos incluídos, considerando a natureza narrativa da revisão.

Os critérios de inclusão contemplaram: publicações em língua portuguesa, inglesa e espanhola; estudos publicados prioritariamente nos últimos 10 anos; documentos oficiais e relatórios institucionais atualizados; e materiais que apresentassem dados ou discussões pertinentes ao contexto do Ensino Superior brasileiro. Foram excluídos trabalhos duplicados, publicações sem respaldo institucional ou científico e estudos que não apresentassem relação direta com o objetivo da revisão.

A análise do material selecionado foi realizada por meio de leitura exploratória, seletiva e interpretativa, seguida de organização temática dos conteúdos. As evidências foram agrupadas em eixos analíticos, tais como: acesso e desigualdades educacionais, impactos socioeconômicos da formação superior, modalidades de ensino, transição demográfica e papel da extensão universitária. A síntese narrativa dos achados permitiu a construção de uma discussão crítica, articulando dados empíricos, referenciais teóricos e a contextualização do projeto FUTURE-SE como estratégia institucional de enfrentamento das problemáticas identificadas.

Por se tratar de um estudo de revisão narrativa, que utiliza exclusivamente dados secundários de domínio público, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme preconiza a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Ensino Superior no Brasil: Desafios, Perspectivas e Ações transformadoras

O Ensino Superior no Brasil tem como finalidade formar profissionais comprometidos com o desenvolvimento socioeducativo e econômico em níveis local, regional e nacional. Nesse contexto, a formação acadêmica se insere em um cenário cada vez mais desafiador, marcado pelo avanço tecnológico, mudanças econômicas e profundas desigualdades sociais. Entre os principais obstáculos, destacam-se a dificuldade de acesso e da permanência estudantil, bem

como, a inserção no mundo do trabalho.

Pesquisas revelam que, nos países desenvolvidos, cerca de 30% dos egressos do Ensino Médio ingressam no Ensino Superior. Nos Estados Unidos, esse número ultrapassa 50% (Novo, 2020), o que evidencia a importância estratégica da formação universitária no contexto internacional. No Brasil, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), apenas 20% da população entre 25 e 34 anos possui diploma de graduação. Desses, somente 5% pertencem às classes sociais menos favorecidas, enquanto os demais 15% são oriundos de famílias com maior poder aquisitivo (Coelho, 2021). Esses dados demonstram a desigualdade no acesso ao Ensino Superior e a necessidade de pesquisas para a compreensão desse cenário.

As transformações econômicas ocorridas nos últimos anos impactaram diretamente as classes sociais e a mobilidade educacional. No início dos anos 2000, discutia-se a emergência de uma "nova classe média", resultado da valorização do salário mínimo, da redução do desemprego e dos programas de transferência de renda. Entretanto, a partir de 2010, esse cenário foi alterado por um crescimento do desemprego e da informalidade, e, até os dias atuais, não há consenso sobre a consolidação dessa nova classe média ou seu papel no desenvolvimento socioeconômico e educacional do país (Ribeiro, 2020; Carvalhaes, 2020).

Diante disso, é fundamental compreender que a formação profissional qualificada não deve ser um privilégio restrito a determinadas classes sociais. A ampliação do acesso ao Ensino Superior deve considerar políticas que promovam equidade, como a ampliação de vagas, a flexibilização de horários e a oferta de modalidades alternativas como a Educação a Distância (EaD), que possibilita o ingresso de estudantes que trabalham ou possuem menor poder aquisitivo. Ao mesmo tempo, a modalidade presencial atende àqueles que dispõem de mais tempo e preferem um modelo de ensino com maior interação direta. Políticas Federais como FIES, PROUNI e SISU também exercem um papel central nesse processo.

Apesar desses mecanismos, o Brasil ainda está distante das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), que prevê uma taxa líquida de 33% de jovens entre 18 e 24 anos matriculados no Ensino Superior. Em 2019, o país registrava uma taxa de 18,3%, que caiu para 17,8% em 2020, mesmo com um crescimento de 26,8% nas matrículas na EaD (SEMESP, 2022). Isso revela que, embora haja expansão na modalidade a distância, a taxa geral de ingresso permanece estagnada ou em queda.

Esse panorama indica um grande desafio para o avanço econômico e social do Brasil, uma

vez que o desenvolvimento socioeducativo encontra-se em desaceleração. Estudos mostram que a formação em nível superior impacta positivamente na empregabilidade. Dados apontam que 75,6% dos egressos de cursos superiores estão empregados em até um ano após a colação de grau, sendo que 83,1% atuam na área de formação. Já entre os egressos do Ensino Médio, a taxa de emprego é de apenas 24,4% (SEMESP, 2022). Além disso, profissionais com Ensino Superior têm reajustes salariais superiores (entre 9% e 22%) e maior estabilidade no emprego (BNE, 2024).

A qualificação também está associada ao trabalho remoto ou híbrido. Estima-se que 80% dos trabalhadores nessas modalidades possuem Ensino Superior, enquanto apenas 16,7% têm Ensino Médio completo, e 3,3% têm escolaridade inferior (IPEA, 2024). Ademais, cursos de bacharelado apresentam maior empregabilidade e remuneração, com ganhos de 20,6% superiores aos de licenciatura e 19,1% superiores aos de cursos tecnológicos (Garcia, 2023).

No comparativo entre modalidades, as formações presenciais têm apresentado melhor desempenho em termos de renda, com uma diferença de 6,7% em relação à EaD. Na área da saúde, por exemplo, 93,6% dos profissionais trabalham em sua área de formação, com aumento de 13% na empregabilidade e de 12% na renda entre 2022 e 2023. A região Nordeste foi a segunda com maior crescimento salarial, atrás apenas da região Sudeste (Garcia, 2023).

A taxa de desemprego entre quem tem Ensino Superior completo é 56,2% menor do que quem tem apenas Ensino Médio. Especificamente, a taxa é de 6,3% para graduados e de 14% para quem possui Ensino Médio (IBGE, 2023). Contudo, um dado preocupante é que 69,9% dos egressos do Ensino Superior não participam de educação continuada. Por outro lado, entre os que atuam em suas áreas de formação, 37,2% continuam seus estudos; já entre os que trabalham fora de sua área, esse número sobe para 58% (Garcia, 2023).

Essas questões se tornam ainda mais críticas quando observamos a transição demográfica brasileira. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) houve uma redução de 5,4% na população com até 30 anos, mesmo com um crescimento populacional geral de 7,6% (IBGE, 2022). Paralelamente, aumentou a proporção de idosos (de 11,3% para 14,7%) e diminuiu a relação entre jovens e adultos em idade produtiva. Essa mudança evidencia uma população economicamente ativa cada vez menor e ressalta a necessidade de ampliar o acesso ao Ensino Superior, como estratégia para garantir a qualificação da força de trabalho.

O Brasil tem vivenciado, nas últimas décadas, um processo consistente de transição demográfica, caracterizado pela redução da taxa de fecundidade, aumento da expectativa de vida

e consequente alteração na estrutura etária da população. Essa mudança está evidenciada nos dados do Censo Demográfico de 2022, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que mostram uma significativa diminuição da população jovem e um crescimento expressivo do contingente de idosos no país (IBGE, 2022).

De acordo com o IBGE (2022), a proporção de pessoas com até 14 anos caiu de 24,1% em 2010 para 19,8% em 2022, ao passo que a população com 65 anos ou mais cresceu de 7,4% para 10,9% no mesmo intervalo, o maior percentual já registrado. A idade mediana, que era de 29 anos em 2010, saltou para 35 anos em 2022, revelando o avanço do envelhecimento populacional.

Esse fenômeno, embora presente em diversos países em desenvolvimento, impõe grandes desafios para o Brasil, sobretudo em relação a capacidade do Estado de converter a transição demográfica em uma oportunidade de desenvolvimento sustentável. A Organização das Nações Unidas (ONU, 2023) sinalizou que países como o Brasil teriam uma "janela demográfica" curta em um período em que a população economicamente ativa supera a dependente, e, sem políticas estratégicas, essa janela poderia se fechar sem que os ganhos fossem concretizados.

Nesse cenário, o acesso à educação superior deveria ser um eixo central para o aproveitamento dessa janela, promovendo qualificação da juventude, inclusão produtiva e inovação. No entanto, os dados mostram um quadro alarmante: menos de 25% dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos estão no ensino superior. Segundo o Censo da Educação Superior (2023), 75,7% dessa faixa etária não ultrapassaram a educação básica, sendo que apenas 43,4% concluíram o ensino médio. Ainda que haja um leve avanço em relação a 2020, quando 74,2% dos jovens estavam fora do ensino superior, a progressão é lenta e insuficiente diante das demandas sociais e demográficas atuais (ABMES, 2023).

Na conjuntura atual, os 22,5 milhões de jovens entre 18 a 24 anos, 21,2% abandonaram o ensino médio; 9,9% estão matriculados no ensino médio; 1,2% permanecem no ensino fundamental; 20,2% estão matriculados o ensino superior; e, 4% já o concluíram.

Esse quadro evidencia um descompasso entre a estrutura etária do país e sua política educacional. Em uma sociedade que caminha rapidamente para o envelhecimento, o investimento nos jovens é fundamental não apenas para garantir a sustentabilidade da previdência e do mundo da empregabilidade e trabalhabilidade, mas também para assegurar justiça social, assistências/serviços e equidade intergeracional.

Nesse cenário, torna-se imperativo fortalecer o Ensino Superior por meio de políticas públicas articuladas às demandas sociais e demográficas do país. O não cumprimento da Meta

12 do PNE e o aprofundamento das desigualdades no acesso à educação exigem ações urgentes voltadas à inclusão, permanência e sucesso profissional, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade.

A formação superior, tanto presencial quanto a distância, tem se mostrado essencial para a empregabilidade, a geração de renda, a estabilidade profissional e a valorização social. Investir em Ensino Superior é investir no futuro do Brasil.

Assim, o UNIFSM reafirma seu compromisso com o desenvolvimento social e cultural por meio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A universidade deve ser mais do que um espaço de reprodução do conhecimento: deve ser um polo de transformação social, formação cidadã e construção coletiva de saberes. Nesse sentido, Subirats (2003, p. 76) destaca que a comunidade acadêmica e a comunidade locorregional são interdependentes, pois “indivíduos, grupos e redes presentes na escola também estarão presentes na comunidade local e regional, e uma não pode ser entendida sem a outra.”

A extensão universitária é o elo mais efetivo entre a universidade e a sociedade. Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do UNIFSM:

(...) compreende-se a extensão como um processo educativo, cultural e científico, desenvolvido de modo articulado ao ensino e à pesquisa, ampliando a relação transformadora entre a instituição de ensino e os diversos segmentos sociais, promovendo o desenvolvimento local, regional e nacional, e a socialização da cultura e do conhecimento técnico-científico (UNIFSM, 2024, p. 87).

Nesse contexto, o UNIFSM desenvolve projetos que ampliam o acesso ao Ensino Superior, como a oferta de um curso preparatório gratuito para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), promovido no âmbito da extensão universitária, com base em metodologias pedagógicas sustentadas por pesquisa e inovação.

Essa proposta estabelece uma ponte concreta entre a Educação Básica e o Ensino Superior, promovendo a inclusão por meio de uma ação educativa de base científica, com forte impacto social. Trata-se de uma iniciativa construída coletivamente por docentes e estudantes voluntários do UNIFSM, voltada à formação integral e ao fortalecimento da educação como instrumento de transformação da realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise realizada, constata-se que o Ensino Superior no Brasil enfrenta desafios estruturais e conjunturais que comprometem o alcance da Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024). O baixo índice de jovens entre 18 e 24 anos matriculados nessa etapa

educacional, aliado à estagnação ou queda nas matrículas especialmente na modalidade presencial, evidencia a necessidade de pesquisa para compreender o cenário, assim é possível implementar dinâmicas eficazes, sustentáveis e inclusivas que promovam o acesso, a permanência e a empregabilidade/trabalhabilidade da população jovem.

O cenário educacional brasileiro é impactado por desigualdades socioeconômicas, transformações demográficas e mudanças no mundo do trabalho. A concentração do acesso ao Ensino Superior nas classes sociais com maior poder aquisitivo e o avanço insuficiente da educação continuada entre os egressos. Os dados apontam que os instrumentos de democratização do ensino precisam de atenção e colaboração da sociedade civil organizada, para maior fortalecimento do setor, desenvolvimento socioeducativo e econômico local e regional.

A modalidade EaD surge como uma alternativa viável para grande parte da população, sobretudo aquela com menos recursos financeiros e tempo disponível para estudar. No entanto, sinaliza uma perpetuação de desigualdade social quando comparada ao ensino presencial.

Sobretudo, a correlação direta entre formação superior e melhores indicadores de empregabilidade, de renda, estabilidade no emprego, ascensão profissional, trabalho home office e participação social, reforça a importância de estratégia para a educação superior no combate às desigualdades e no fomento ao desenvolvimento local, regional e consequentemente nacional.

Esse estudo apresenta dados preocupantes, uma vez que a pirâmide etária em transição para o envelhecimento, aponta por um aumento progressivo da população idosa e uma retração do número de jovens, investir em pesquisa torna-se uma prioridade não apenas educacional, mas também econômica e social.

Segundo Veras (2020), a ausência de planejamento intersetorial pode agravar desigualdades já existentes, comprometendo tanto a qualidade de vida da população idosa quanto as possibilidades de inserção social dos jovens. Portanto, a meta do Ministério da Educação de elevar para 33% a taxa de ingresso no ensino superior entre os jovens de 18 a 24 anos precisa ser tratada como uma política prioritária, articulada com estratégias mais amplas de desenvolvimento humano e combate à desigualdade.

Nesse contexto, o UNIFSM desempenha um papel crucial ao desenvolver atividades acadêmicas com impacto social, ancoradas em conceitos, percepções e estudos científicos que dialogam com a realidade da transição demográfica brasileira. Assim como, a formação de profissionais conscientes, críticos e tecnicamente preparados torna-se fundamental para

enfrentar os desafios de uma sociedade cada vez mais envelhecida e, ao mesmo tempo, marcada por persistentes desigualdades educacionais.

Neste contexto, iniciativas como o projeto *FUTURE-SE: Quem aprende não depende*, desenvolvido pelo UNIFSM, demonstram o papel transformador da universidade quando orientada pela indissociabilidade entre ensino, extensão, assistência, serviço e pesquisa. Nessa circunstância o UNIFSM, alinha a educação superior a educação básica, por meio de um curso preparatório gratuito para o ENEM, com participação dos acadêmicos dos cursos de graduação e docentes da equipe pedagógica, na perspectiva de fortalecer os laços e contribuir para a formação integral de cidadãos e cidadãs que promovam uma sociedade mais equitativa.

O Ensino Superior, portanto, deve consolidar-se como espaço de articulação entre o saber científico e as demandas da sociedade, protagonizando ações que valorizem o conhecimento, promovam a cidadania e incentivem o desenvolvimento local e regional.

O fortalecimento da extensão universitária, aliada à produção científica aplicada à formação crítica e humanizada, é essencial para enfrentar os obstáculos do presente e construir um futuro educacional mais justo e inclusivo.

Assim, conclui-se que o fortalecimento do Ensino Superior exige não apenas a ampliação do acesso, mas também o compromisso das Instituições com a qualidade da formação, a integração com a comunidade e a responsabilidade social. Investir na Educação Superior é investir no futuro do Brasil, um futuro que precisa ser pensado de forma colaborativa, interdisciplinar e comprometida com a transformação social.

REFERÊNCIAS

1. AAKER, David.; KUMAR, V. & DAY, G. **Marketing research**. John Wiley & Sons, Inc. 1995. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Marketing_Research.html?id=iixaAAAAYAAJ&redir_esc=y Acesso em: 12 out. 2024.
2. ABMES - Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. **A graduação aumenta em 75% as chances de empregabilidade**. Disponível em: <https://abmes.org.br/noticias/detalhe/5006/graduacaoaumentaem75aschancesdeempregabilidadeaposconclusaodocurso#:~:text=Gradua%C3%A7%C3%A3o%20aumenta%20em%2075%25%20as%20chances%20de%20empregabilidade%20ap%C3%B3s%20conclus%C3%A3o%20do%20curso> Acesso em: 13 out. 2024.
3. BNE - Banco Nacional de Emprego. **Profissionais de ensino superior tem maiores salários, aponta BNE**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.terra.com.br/economia/profissionais-com-ensino-superior-tem-maiores->

salarios-aponta-

bne,d28af7f3420eedo1c7c76aeb7f098b4fwlj8ol25.html#:~:text=Diferen%C3%A7a%20salarial%20pode%20variar%20de,os%20dados%20divulgados%20pela%20plataforma&text=Uma%20pesquisa%20realizada%20pelo%20Banco,pela%20qualifica%C3%A7%C3%A3o%20e%20conheciment os%20adquiridos. Acesso em: 13 out. 2024.

4. **BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília, 2014. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/plano_nacional_de_educacao_pne_2014_2024_linha_de_base.pdf Acesso em: 12 mai. 2025.**

5. **BRASIL. CNS - Conselho Nacional de Saúde (Brasil). Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Brasília, 2012. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/reso466_12_12_2012.html Acesso em 13 out. 2024.**

6. **Coelho, Fernando. Ensino Superior no Brasil é historicamente limitada e necessita de políticas públicas de acesso. 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/formacao-na-educacao-superior-nao-pode-prescindir-de-politica-de-ciencia-tecnologia-e-inovacao> Acesso em: 08 out. 2024.**

7. Espírito Santo, A. **Delineamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

8. FIOCRUZ – Fundação Osvaldo Cruz. Ministério da Saúde. CEP - Comitê de Ética em Pesquisa. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/ Fiocruz). **Orientações sobre ética em pesquisa em ambientes virtuais. Versão 1.0 / Comitê de Ética em Pesquisa**. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP Fiocruz). – Rio de Janeiro : ENSP/Fiocruz, 2020. 12 p. Disponível em: https://cep.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/orientacoes_eticapesquisaambientevirtual.pdf Acesso em: 18 out. 2024.

9. Garcia, Maurício. **Avaliação de Graduados de Empregabilidade Recentes**. 2023. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/documentos/VF-pesquisaIASE-29o82023.pdf> Acesso em: 09 out. 2024.

10. Gil, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://biblioteca.uniscied.edu.mz/bitstream/123456789/2601/1/Métodos%20e%20técnicas%20de%20pesquisa%20social.pdf> Acesso em: 23 set. 2024.

11. GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

12. Henriques, Suzana. **Amostragem: seminário de investigação, métodos e técnicas de coleta e tratamento de dados**. Inhumá-Pi: Programa de Doutorado em Educação, 2012. Color. Disponível em: https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/4861/3/Amostragem_SH-2012.pdf. Acesso em: 12 out. 2024.

13. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População cresce, mas número de pessoas com menos de 30 anos cai 5,4% de 2012 a 2021.** Brasília, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34438-populacao-cresce-mas-numero-de-pessoas-com-menos-de-30-anos-cai-5-4-de-2012-a-2021> Acesso em: 09 out. 2024.
14. IBGE - Instituto Brasileiro de Geográfico e Estatístico. **PNAD Educação 2023 traça cenário ao acesso à escola e ao ensino superior no país.** Brasília, 2023. Disponível em: <https://jeduca.org.br/noticia/pnad-educacao-2023-traca-cenario-do-acesso-a-escola-e-ao-ensino-superior-no-pais> Acesso em: 13 out. 2024
15. IBGE - Instituto Brasileiro de Geográfico e Estatístico. **Pesquisa inédita do IBGE mostra que 7,4 milhões de pessoas exerciam teletrabalho em 2022.** Brasília, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38159-pesquisa-inedita-do-ibge-mostra-que-7-4-milhoes-de-pessoas-exerciam-teletrabalho-em-2022> Acesso em: 13 out. 2024.
16. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2022: População residente por idade e sexo.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 set. 2025.
17. IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2022: Educação.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 set. 2025.
18. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **A distribuição de trabalho remoto potencial no Brasil por características individuais.** Brasília, 2022. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/220722_cc56_notas6_trabalho_remoto.pdf Acesso em: 13 out. 2024.
19. King, N., & Brooks, J. (2018). **Thematic analysis in organisational research.** *The SAGE handbook of qualitative business and management research methods: methods and challenges.* Disponível em: <https://research.manchester.ac.uk/en/publications/thematic-analysis-in-organizational-research> Acesso em 03 mai. 2024.
20. Michel, M. H. **Metotologia e Pesquisa Científica: Um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração dos trabalhos monográficos.** São Paulo. Atlas, 2005.
21. Novo, **Benigno Núñez.** Os Desafios da Ensino Superior no Brasil.2022. Disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/docserver/download/9617042e.pdf?expires=1505742573&id=id&accname=guest&checksum=9A1473703553566C867665F6E09222A1> Acesso em: 08 out. 2024.
22. ONU - Organização das Nações Unidas. **World Population Prospects 2022: Summary of Results.** New York: United Nations, 2023. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/pd/> Acesso em: 18 set. 2025.
23. Prodanov, C. C. Freitas, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
24. Reis, Luana Araújo dos, *et al.* **Suporte social e longevidade: Reflexões acerca das**

definições, tipos, redes de apoio e implicações. Revista eletrônica. Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações. Brasília. 2019. Disponível em: <http://www.technopolitik.com.br/downloads/files/EnvelhecimentoLongevidadeVfinal.pdf> Acesso em: 12 nov. 2024.

25. Ribeiro, Carlos; Carvalhaes, Flavio. **Estratificação e mobilidade social no Brasil: uma revisão da literatura na sociologia de 2000 a 2018.** *BIB: Revista Brasileira De Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, v. 92, p. 1-46, 2020. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/504> Acesso em: 09 out. 2024.

26. SEMESP, Sindicato das Mantenedoras do Ensino Superior. **Mapa do Ensino Superior do Brasil. 12^a Edição.** São Paulo, 2022. Disponível em: https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2020/04/MAPA_FINAL_COMPLETO Acesso em: 16 agost. 2025.

27. Silva, M. R. (2017). **História organizacional da ENAP: uma análise dos papéis desempenhados e das competências desenvolvidas. (tese de doutoramento).** Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador. Silva, M. R., Souza, R. K. S., & Silva, M.A.M (2017) Disponível em: <https://blog.mettzer.com/pesquisa-quantitativa/> Acesso em: 09 out. 2024.

28. SUBIRATS, Joan. **O Estado, a Sociedade e as Políticas Públicas.** São Paulo: Cortez, 2003.

29. UNIFSM. Centro Universitário Santa Maria. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2024-2028.** Santa Maria: UNIFSM, 2024.